

USP, UNICAMP, UFPE E UFRPE ADOTAM AÇÕES AFIRMATIVAS COM BÔNUS

Amanda Rossi e Antonio Biondi



Na USP, maior das oito instituições de ensino superior que adotam sistemas de bonificação no vestibular e contemplam assim estudantes egressos do ensino público com pontuação extra, os resultados obtidos com o programa Inclusp deixam a desejar. Na Unicamp, o Paais foi instituído já em 2004 e, ao contrário da USP, tem um recorte racial, beneficiando estudantes negros e indígenas com pontuação adicional. Nas federais de Pernambuco, UFPE e UFPR, o bônus leva em conta a localização geográfica dos candidatos. Na UFU não há bônus, só avaliação seriada, que agora contempla exclusivamente alunos da rede pública

Na Universidade de São Paulo, a Reitoria deu início em 2007 a seu programa de inclusão, denominado Inclusp, que consiste na concessão de um bônus de 3% nas notas do vestibular aos alunos oriundos da rede pública de ensino médio. Os resultados obtidos têm sido medíocres, na medida em que não ocorreu inclusão de alunos pobres e negros na USP em quantidade significativa. Os percentuais de ingresso desses segmentos têm apresentado varia-

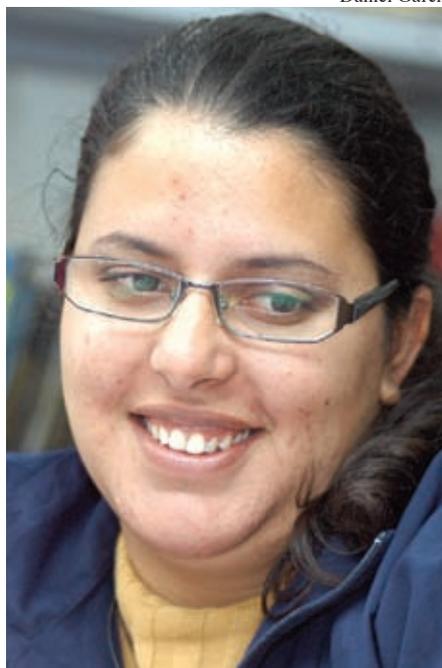
ção inexpressiva — e às vezes para baixo: em 2005, ingressaram 2.559 estudantes provenientes do ensino médio público; em 2006, este número caiu para 2.448 (24,7%); em 2007, subiu para 2.719 (26,7%), dos quais 333 com auxílio do bônus; em 2008, caiu para 2.713 (26,3%), dos quais 375 com auxílio do bônus.

Continuam decepcionantes os índices de aprovação de estudantes negros em primeira chamada, que foram de 1,5% em 2006, 1,9% em 2007, 1,8% em 2008. No curso de Medicina, apenas um

negro foi aprovado em primeira chamada (0,2% dos 375 convocados); em Direito, quatro são negros (0,86% dos 460 convocados); Jornalismo, com 60 convocados, e Audiovisual, com 35, simplesmente não contam com estudantes negros em primeira chamada. Os índices de estudantes pardos aprovados também não indicam mudança substancial: 10,5% em 2006, 10,7% em 2007 e 10,9% em 2008. Os de estudantes brancos apresentam variação semelhante: 77,1%, 77,5% e 77,9% respectivamente.

Os fracos resultados levaram a Pró-Reitoria de Graduação a anunciar mudanças no programa, a serem introduzidas já no vestibular de 2009. Duas bonificações extras serão concedidas: 1) bônus de até 6% nas notas da primeira e segunda fases do vestibular, a ser definido de acordo com a nota obtida pelo estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Se o estudante obtiver pontuação de 100% no Enem, ele terá direito a um bônus de 6%; se obtiver pontuação menor, obterá bonificação menor; 2) bônus de até 3% nas notas das duas fases do vestibular, a ser definido de acordo com a nota obtida pelo estudante na prova de avaliação seriada a ser criada pela USP para estudantes da rede pública estadual (para o vestibular 2009, a USP somente aplicará provas para estudantes do 3º ano do ensino médio; para 2010 as provas também serão aplicadas para estudantes do 2º ano, e para 2011 serão aplicadas para todas as séries do ensino médio.)

Assim, teoricamente a bonificação total concedida aos candidatos inscritos por intermédio do Inclusp poderá chegar a 12%. O problema é que tal índice dificilmente será alcançado, como demonstram dados referentes ao Enem. Dos cerca de 141 mil candidatos inscritos no vestibular de 2008, 123 mil haviam se submetido ao Enem, segundo a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), a entidade privada que organiza e aplica os vestibulares da USP. No Enem, a média de acertos desse contingente de 123 mil estudantes



Camilla dos Reis

foi de 73,3% (ou 46,18 pontos de um total de 63), e deles apenas 143 (0,11%) conseguiram 100% de aproveitamento. Pode-se inferir, portanto, que será reduzido o número de candidatos inscritos no Inclusp capazes de fazer jus a 6% de bônus no quesito “Enem”, e consequentemente alcançar o máximo de 12% de bônus.

“A bonificação não recupera o aluno que foi muito mal, não são pontos adicionais. É outra filosofia. A porcentagem age sobre o montante, a realidade, como ele realmente foi”, afirma o professor Maurício dos Santos Matos, assessor da Pró-Reitoria de Graduação. “Se o bônus de 3% não tivesse sido praticado, o número de estudantes oriundos do ensino público estaria decrescendo. O bônus foi determinante para reverter essa tendência de queda”, sustenta a pró-reitora Selma Pimenta Garrido, procurando res-

ponder às fortes críticas ao Inclusp (leia artigos sobre o Inclusp no bloco seguinte).

Letícia Venâncio inscreveu-se no Inclusp, mas tirou nota alta e não precisou dele para entrar no curso de Artes Cênicas. Ela critica o Inclusp por ser “muito superficial”, mas aprova a bolsa vinculada ao programa: “Meu curso é integral, então não tenho como trabalhar”

Que pensam sobre o Inclusp os jovens que são, ou deveriam ser, os potenciais beneficiários do programa? Colhemos opiniões bastante diversificadas, mas em todos os depoimentos é visível, e marcante, a expectativa de acesso a um ensino superior de qualidade e a políticas de permanência estudantil.

Após cursar toda a educação básica em escola pública e concluir o ensino médio em 2004, Camilla dos Reis voltou a estudar: inscreveu-se num cursinho popular, o Cursinho do Crusp (conjunto residencial da USP), para tentar ingressar em Nutrição. “A avaliação seriada do Inclusp fala muito dos alunos que ainda estão na escola pública. Mas não há programa para quem já acabou a escola pública há algum tempo e não pode prestar vestibular porque

teve que trabalhar, porque não tinha como se manter, o que é o meu caso”, protesta.

Letícia Venâncio, aluna do primeiro ano de Artes Cênicas na USP, inscreveu-se para receber o bônus do Inclusp, mas seria aprovada mesmo sem ele. “O Inclusp, pelo que vejo, dá um estímulo. Quando ele surgiu muita gente se animou a prestar a USP. Mas acho muito superficial. Se você fez escola pública e não fez cursinho, não vai ajudar”, opina. Neste primeiro ano de faculdade, Letícia recebe uma bolsa de R\$ 250, vinculada ao Inclusp. “Essa bolsa me ajudou. Meu curso é integral, então não tenho como trabalhar”. Ela é contra cotas raciais: “Sou negra e acho que essas medidas específicas para negro são mais racistas do que ajudam. Eu não preciso de uma ajuda a mais do que uma pessoa que é branca. Eu, que tive educação ruim, preciso de bonificação a mais por isso”.

Bruno Maciel Athanasio sempre estudou em escola pública. Depois de disputar sem sucesso em 2005 uma vaga no curso de Gestão de Políticas Públicas, desistiu da USP. Em 2008, concorreu a uma vaga na Universidade Federal do ABC e foi aprovado. “3% não são suficientes”, diz sobre o Inclusp. “Se o bônus fosse maior”, ele teria se motivado para prestar vestibular na USP novamente. Crítico do programa, acredita que ele “pode ser melhorado com acréscimo de pontos não só para quem é oriundo de escola pública, mas para quem é de baixa renda, seguindo uma análise sócio-econômica feita de forma séria pela universidade”. Pondera: “Bonificação só para

aluno de escola pública não é efetiva, mas é sim medida de inclusão”.

“Realmente a gente percebe que existe mesmo essa história de passarem os mais brancos no curso de Medicina da USP”, lamenta Ewelyn Regina de Souza, calourea de Enfermagem. A estudante é negra e prestou vestibular para Medicina por mais de dois anos, em diferentes universidades, mas não conseguiu vaga no curso. Em 2008 ela resolveu prestar Enfermagem, mas continuará tentando Medicina: “Não vou desistir do meu sonho”.

O Paais da Unicamp, “primeiro programa de ação afirmativa sem cotas implantado em universidade brasileira”, concede 30 pontos de bônus a quem cursou todo o ensino médio na rede pública. Pretos, pardos e indígenas podem ganhar mais 10 pontos

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), existe o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais), instituído em 2004, e que, segundo o professor Leandro Tessler, coordenador executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest), foi o “primeiro programa de ação afirmativa sem cotas implantado em uma universidade brasileira”. O programa visa estimular o ingres-

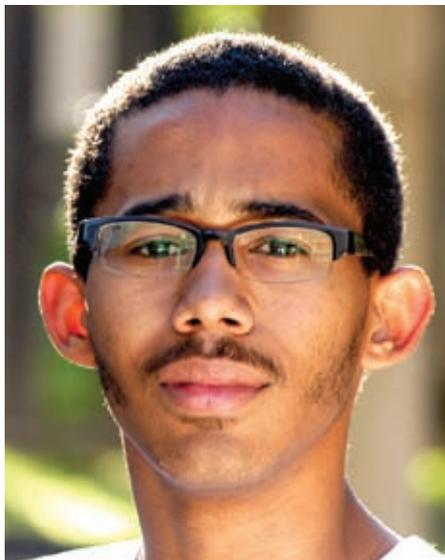


Letícia Venâncio

so de estudantes da rede pública, assim como a diversidade étnica e cultural. Os estudantes que optam pelo Paais na inscrição para o vestibular recebem 30 pontos de bônus na nota final. Candidatos auto-declarados pretos, pardos e indígenas que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas podem ter mais 10 pontos acrescidos à nota final — a 1ª fase vale 96 pontos, a 2ª vale 384 pontos e as provas específicas de aptidão 48 pontos (confira números do Paais no **Quadro 6**).

Por que a Unicamp optou por esses mecanismos? Tessler afirma que “desde o início a idéia de cotas, ou seja, reserva de vagas para qualquer grupo social ou étnico, não contou com muita simpatia na Unicamp.” Sérgio Henrique de Teixeira, do Diretório Central dos Estudantes (DCE-Unicamp), considera o programa muito limitado: “dez pontos

Daniel Garcia

**Bruno Athanasio**

na segunda fase apenas, além de ser quase inexpressivo, atinge, em certa medida, somente aqueles negros que já teriam chances reais de entrar”. Para ele, a universidade não discute os problemas reais: “a estrutura elitista da universidade” e a “opressão do negro”. Teixeira defende que a Unicamp adote a reserva de vagas nas universidades em proporção ao número de negros no Estado de São Paulo — cerca de 31%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) concede um bônus de 10%, por meio de um sistema que combina critério sócio-econômico indireto (ter estudado na rede pública de ensino) com critérios geográficos. Desse modo, no campus do Recife recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas públicas estaduais ou municipais em Pernambuco. Mas nos campi de Vitória de Santo Antão e de Caruaru

Quadro 6- Os números do vestibular 2008 da Unicamp

| | | | |
|-------------------------------|-------------------------|--------|------|
| Inscritos | Não optantes pelo Paais | 35.559 | 72% |
| | Paais | 13.918 | 28% |
| | Total | 49.477 | 100% |
| Vagas | Sistema universal | 2.954* | 100% |
| | Não optantes pelo Paais | 2.057 | 68% |
| Aprovados (vagas preenchidas) | Paais | 975 | 32% |
| | Total | 3.032 | 100% |

Fonte: Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest)
*Em 60 cursos

recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas públicas ou privadas do interior pernambucano, ou seja, de qualquer localidade que não pertença à região metropolitana do Recife.

Em um primeiro momento, a UFPE também concedeu bônus para estudantes de escolas federais e supletivos, mas deixou de fazê-lo porque houve denúncias de que estudantes de escolas particulares estavam se matriculando nos supletivos apenas para receber o bônus e, no caso das escolas federais, por recomendação do Ministério Público Federal, que argumentou que a qualidade do ensino dessas instituições tendia a ser superior à do restante da rede pública.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) adotam-se critérios semelhantes. No campus de Garanhuns recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas privadas ou públicas localizadas no agreste pernambucano, e no campus de Serra Talhada recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas privadas ou públicas do sertão pernambucano.

Diferenciando-se do grupo de universidades estaduais e federais integrado por USP, Unicamp, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), UFPE e UFRPE, que recusam as cotas mas adotam, como ação afirmativa, sistemas de pontuação diferenciada, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) optou por uma medida mais discreta e conservadora.

Em 30/11/2007 o Conselho Universitário da UFU resolveu destinar as vagas do Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (Paies), de avaliação seriada, exclusivamente aos alunos da rede pública de ensino. Até então as vagas do Paies, que somam 25% do total de vagas oferecidas pela UFU, eram indistintamente destinadas a estudantes de escolas públicas e particulares. Ao votar pela reserva de vagas do Paies para estudantes da rede pública, o Conselho Universitário recusou o sistema de bonificação, bem como as cotas com recortes para grupos a serem definidos. Não haverá, por exemplo, política afirmativa específica para negros.